

Parte VII - Prevenção da violência: as redes sociais

Políticas públicas, desenvolvimento e sustentabilidade

Maíra Baumgarten

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BAUMGARTEN, M. Políticas públicas, desenvolvimento e sustentabilidade. In: SANTOS, JVT., TEIXEIRA, NA., and RUSSO, M., orgs. *Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais*[online]. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011. Cenários do conhecimento series, pp. 438-465. ISBN 978-85-386-0386-3. Available from: doi: [10.7476/9788538603863](https://doi.org/10.7476/9788538603863). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yccrp/epub/santos-9788538603863.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Políticas públicas, desenvolvimento e sustentabilidade

Maíra Baumgarten*

1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PARADIGMA DA PLANIFICAÇÃO MODERNA

1.1 As Políticas Públicas

As políticas públicas são a expressão da necessidade (e possibilidade) de interferência estatal na reprodução econômica e social.¹ O Estado é tomado, aqui, como “materialização e condensação das relações de classe” (Poulantzas, 1977, p. 22), como arena de lutas entre classes e frações de classe, as quais podem, eventualmente, ocupar ramos da burocracia e dos aparelhos institucionais.

Havendo uma pluralidade de interesses capitalistas, dadas a fragmentação do capital e as contradições entre as partes que o compõem, impõe-se uma força que permita organizar a hegemonia da classe dominante como um todo. O Estado é essa força. A autonomia relativa do Estado decorre da própria fragmentação de interesses econômicos das classes dominantes e da unidade política de sua dominação. Em seu texto *Elementos de Análise sobre a Crise do Estado*, Poulantzas (1977) coloca ênfase no papel da sociedade civil e inclui na política as alianças entre dominadores e dominados. Ao mesmo tempo, ressalta o papel das crises ideológicas, afirmando que a ideologia permeia a sociedade civil, não ficando represada e domesticada nos aparelhos estatais. A falta de apoio ao Estado, oriunda dos conflitos entre as classes dominantes, gera uma crise de legitimidade que atinge tanto os aparatos ideológicos como aqueles de intervenção econômica e os repressivos.

O Capitalismo Monopolista de Estado é, para Poulantzas, uma nova fase do “[...] capitalismo, na qual estado e sociedade integram-se diretamente, alargando o próprio espaço de acumulação do capital” (Poulantzas, 1977, p. 17).

O Estado visto como condensação das relações de classe e, conseqüentemente, instância que expressa, desde as disputas entre frações de classe dominante, até as disputas entre classes dominantes e subalternas é produto e, ao mesmo tempo, modelador das relações objetivas de classes. Desempenha um papel econômico ao reproduzir as condições gerais das relações de produção e ao entrar diretamente na própria produção como parte de seu

papel reprodutor. De forma concomitante, sua atuação desloca a luta de classes da arena econômica para a arena política (Poulantzas, 1977).

As modificações das funções econômicas do Estado marcam a passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista, evidenciando-se a incapacidade crescente da reprodução capitalista efetuar-se sobre a base dos capitais individuais concorrentes. Assim, o Estado que, até então, tratava prioritariamente de garantir as condições gerais da acumulação, passa a atuar diretamente no processo de valorização de capital. Não obstante, a intervenção estatal nas áreas sociais decorre tanto de necessidades inerentes ao processo de acumulação quanto da luta empreendida pelos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, compreendendo diversas dimensões, tais como a produção, circulação e consumo de mercadorias e, especificamente, a reprodução da força de trabalho.

Expressão contraditória e variável – plena de fissuras – da tensão instável que resulta da própria luta de classes, o Estado é permeável, como burocracia e organização, ao controle de distintas forças sociais e políticas, dependendo da reatualização constante de alianças múltiplas. Como mediador (articulador) de interesses contraditórios, o Estado, conforme a pressão social a que está submetido, tem de se objetivar através de instituições e políticas de bem-estar social enquanto, ao mesmo tempo e contraditoriamente, deve fazer a mediação econômica capaz de abrir caminho a formas mais dinâmicas de acumulação e de produção capitalista (Cardoso, 1977, p. 26).

Recorrendo-se ao pensamento gramsciano e, especificamente, ao par teórico hegemonia/contra-hegemonia (Gramsci, 1978), é possível ver as políticas públicas como desenvolvimentos sempre específicos da luta pela constituição da hegemonia de classe. Desde a perspectiva de Gramsci, hegemonia é um processo contraditório de direção (consenso) e domínio (coerção). De acordo com o autor, a supremacia de uma classe aparece sob duas formas, como direção e como domínio (Gramsci, 1978, p. 149). E, ainda, o conceito de Estado é ampliado, definido, nos termos do autor, como: “sociedade política mais sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção” (Gramsci, 1978, p. 149).

Por outro lado, como Gramsci trabalha com pares teóricos, seu conceito de hegemonia implica na possibilidade de que as classes e grupos subalternos elaborem uma contra-hegemonia. Gramsci introduz, nos estudos sobre o Estado, o conceito de correlação de forças, fundamental para a análise das políticas públicas. A luta por espaços, dentro do Estado amplo (sociedade civil mais sociedade política), vinculada aos diferentes interesses envolvidos; a implementação de políticas públicas; o jogo de interesses que atende a diferentes correlações de força; tudo isso forma o conjunto que Gramsci denomina “guerra de posição”.

Em geral, as políticas do Estado são divididas em dois grandes grupos que refletem a ênfase diferenciada ou nos aspectos da reprodução social (emprego, renda), na relação entre Estado e força de trabalho; ou nos aspectos da reprodução

econômica (política cambial, fiscal) e da regulação macro e microeconômica, na relação entre o Estado e as diferentes frações do capital. Essa separação entre políticas sociais e econômicas tende a mascarar a imbricação necessária entre as políticas, seu conteúdo pleno, introduzindo vieses na análise da relação entre Estado e sociedade (Teixeira, 1989).

Para os objetivos deste capítulo, além dos condicionantes estruturais das políticas públicas, é preciso pensar o processo de formulação e implementação dessas políticas, para o que se torna importante refletir, mais especificamente, sobre os processos conjunturais que configuram distintos padrões de relação entre Estado e sociedade, e as características dessa configuração no encaminhamento das políticas públicas. É necessário, ainda, considerar as ações assumidas pelos aparelhos estatais responsáveis pelas políticas públicas como um produto do desenvolvimento histórico das relações entre forças políticas fundamentais (Teixeira, 1989).

O conceito de políticas públicas remete de modo direto à ação do Estado enquanto coisa pública, em sua relação com as instâncias privadas da sociedade civil, enfatizando não só as demandas sociais como também as exigências da acumulação de capital. Para o campo das políticas públicas, confluem interesses de natureza contraditória advindos da presença dos diferentes atores, imprimindo-se múltiplas dimensões à problemática da intervenção estatal.

1.2 O Paradigma da Planificação Moderna²

No século XX, a crescente intervenção do Estado na economia e na sociedade levou a um forte desenvolvimento das atividades de planejamento, que assumiram papel importante na configuração das novas formas de disposição dos recursos naturais e sociais, na busca da produtividade e da acumulação capitalista. A Ciência Moderna e o planejamento tornaram-se instrumentos privilegiados na ordenação econômica e social do pós-guerra, no período compreendido entre 1947-1973.³ Essa fase foi marco histórico da Planificação Moderna que, tal como a ciência, origina-se em necessidades e interesses humanos, articulando-se a determinadas práticas, atitudes e concepções de mundo. Em sua forma moderna, o planejamento é, de maneira geral, orientado pela noção de recursos escassos, pela busca de racionalização desses recursos e pela vontade de alcançar maior eficiência nos campos da produção e da distribuição de bens.

A planificação moderna pode ser definida como atividade que visa fixar objetivos coerentes e prioridades para o desenvolvimento econômico e social, determinar os meios apropriados para atingir tais objetivos e colocá-los em prática. Suas raízes históricas encontram-se: 1) nas necessidades práticas de organização das empresas capitalistas que, ao final do século XIX, passaram a desenvolver planos corporativos; 2) nas necessidades coletivas de organização da sociedade socialista no que se refere à racionalização da produção e do consumo;

3) nas necessidades da organização capitalista em nível nacional (Arrighi, 1996; Bettelheim, 1968; Zamora, 1966).

A generalização das atividades de planejamento no século XX relacionou-se, por um lado, à Revolução Russa e à necessidade de reconstruir o país. Com a vitória de Stalin, foi aprovado em 1928 o Primeiro Plano Quinquenal, que priorizou a produção de bens de capital, de energia e a indústria pesada, posteriormente orientada para a produção armamentista (Hobsbawm, 1995).

No mundo capitalista, por outro lado, o planejamento buscou encaminhar soluções para a economia e suas crises. O New Deal nos Estados Unidos da década de 1930 e o Plano Marshall no Pós-Guerra (1947) na Europa Ocidental são exemplos de um planejamento de tipo indicativo, ao contrário da planificação na Alemanha Nazista e na Itália Fascista, que se caracterizou pelo caráter imperativo.

Ao analisar as diferentes formas de planejamento, Tavares dos Santos afirma que há similitude paradigmática entre os modelos de planejamento socialista e capitalista indicativo. Segundo o autor, ambos os modelos partem da suposição de que é possível controlar o sistema econômico e guiá-lo para fins desejados. O autor destaca como componentes do Paradigma da Planificação Moderna: 1) o estatismo da planificação – intervencionismo direto ou indireto na produção – identificado tanto pelo dirigismo norte-americano quanto pelo totalitarismo nazista ou stalinista; 2) a construção de um modelo com base em uma visão de planejamento da economia; 3) a noção de superioridade da grande produção agrícola/industrial como motor de crescimento econômico, cujo pressuposto é a possibilidade de gasto ilimitado de energia (Tavares dos Santos, 2001, p. 168-169).

Essas características do paradigma traduzem sua íntima associação à ideia de desenvolvimento econômico e progresso, em que a natureza é transfigurada em recurso natural, o trabalho, em recurso humano, ambos bens econômicos que devem ser geridos como recursos escassos na busca da produtividade crescente, própria ao processo de acumulação capitalista.

Para melhor contextualizar a problemática esboçada acima, busca-se, no próximo item, efetuar um retrospecto dos rumos do desenvolvimento capitalista recente, de modo a clarificar as atuais relações entre planificação e desenvolvimento capitalista e situar o Brasil no presente contexto internacional.

2 ESTADO, C&T E PLANIFICAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA RECENTE – TENDÊNCIAS AO NORTE E AO SUL

A análise do desenvolvimento capitalista recente e do papel que o Estado desempenha neste processo remete necessariamente ao debate sobre o

fordismo, o *welfare state* e a crise que tais formas de regulação econômica e social atravessam.

2.1 Fordismo, *Welfare State* e Neoliberalismo: do círculo virtuoso à crise global

A superação do período de livre concorrência, quando se criam condições para o desenvolvimento da produção em grande escala através da concentração de capital e da criação do mercado mundial – a fase monopolista do capitalismo – traz à cena econômica e política não só uma maior intervenção do Estado, como também um novo modo de acumulação baseado nos princípios da organização científica do trabalho.

Sobre a nova base de organização do trabalho, agregada às transformações do próprio maquinismo industrial, renovou-se o mecanismo de produção da mais-valia, que passou a se basear na produção em série de mercadorias estandardizadas e com valor unitário mais baixo. Às novas formas de produção, agregaram-se novas formas de consumo que pressupunham a mercantilização dos meios de subsistência necessários à reprodução da força de trabalho, em substituição à produção doméstica desses meios, conformando um novo regime de acumulação – o fordismo (Lipietz, 1989).

A necessidade de ajustar os comportamentos contraditórios dos agentes individuais aos princípios coletivos do novo regime de acumulação propiciou o surgimento de um conjunto de normas implícitas e de regras institucionais que agiam como forças coercitivas ou indutoras no que diz respeito à relação salarial e à concorrência entre capitais. Esse conjunto de formas é chamado por Lipietz (1989) de modo de regulação (Lipietz, 1989, p. 306).

A fase monopolista do capital trouxe à cena econômica e política um novo modo de acumulação e novas formas de intervenção e planificação, inaugurando-se uma era ímpar no que diz respeito ao bem-estar social.

Foi a visão keynesiana que, partindo das novas condições colocadas pela etapa monopolista do capital, conseguiu operar uma síntese entre as novas realidades do capitalismo e os princípios e valores da economia política clássica, fundamentalmente a garantia da individualidade. A síntese teórica operada por Keynes deu sustentação a uma agenda de ações estatais impensável nos quadros do velho liberalismo, mas absolutamente necessária ao novo cenário que havia surgido, mantendo “[...] a adesão ao ‘ethos’ liberal, de um lado e ao pragmatismo teórico, de outro” (Abranches, 1979, p. 9-10).

Keynes, com base na observação das novas relações que se estabeleceram entre capital e trabalho, a partir do amadurecimento da luta sindical, julgou inadequada a regulação dessas relações através dos ajustes concorrenciais, apontando a necessidade de uma nova forma de gestão da força de trabalho. Propôs, então, uma política do trabalho, a ser assumida pelo Estado, através da qual este

se encarregaria da reprodução da força de trabalho. A política keynesiana tinha sua ênfase na demanda agregada, no combate ao desemprego e na integração da classe operária, fornecendo as condições para o surgimento e institucionalização dos Estados capitalistas democráticos na Europa do pós-guerra.

O planejamento ocupou um papel central na configuração e desenvolvimento dos Estados de Bem-Estar Social, garantidos pelo chamado círculo virtuoso do fordismo central (a contínua adaptação do consumo de massa aos ganhos de produtividade) (Arrighi, 1996; Tavares dos Santos, 2001).

O Estado Providência, que resultou da síntese keynesiana, conciliava os princípios da economia liberal com as novas condições do capitalismo. Os principais objetivos do novo Estado que emergia eram, de acordo com Coriat (1982): 1) a fixação de um marco jurídico-legal consistente de um conjunto de regras e normas – duração do trabalho, horas extraordinárias, salário; 2) a instauração do salário indireto através de pensões, auxílio-doença, aposentadoria, de modo a repartir de forma diversa os benefícios concernentes às condições mercantis e não mercantis de reconstituição da força de trabalho, objetivando assegurar, sobre uma base duradoura, a existência de mão de obra barata, necessitada pela grande indústria; 3) a nova estruturação da assistência aos desempregados e acidentados, concebida como um meio de incorporação e controle da força de trabalho, visando a mantê-la em reserva para a produção capitalista. O Estado buscou, ainda, segundo o autor, vincular a gestão da força de trabalho às modalidades de acumulação do capital, introduzindo a negociação coletiva entre trabalhadores e empresários e condicionando a elevação do nível de salário à elevação de produtividade (Coriat, 1982, p. 99).

Há de sublinhar, concordando com Leite (1994), que é somente no quadro histórico das lutas que a classe trabalhadora desenvolveu por melhores condições de vida e de trabalho, que se pode entender a criação – via Estado – desses novos direitos. A proteção social e a distribuição dos ganhos de produtividade garantiram o aumento de renda dos assalariados, o que assegurou a demanda dos bens de consumo. Por sua vez, a demanda do segmento produtor de bens de produção da economia manteve-se estável. Esse novo equilíbrio foi responsável pelo “círculo virtuoso” do fordismo central.

Se, por um lado, é possível falar em um regime de acumulação fordista, devido à configuração mundial engendrada pela simultaneidade do rápido desenvolvimento de certo número de países segundo esse modelo, por outro lado, tal processo não se desenvolveu da mesma forma em todos os lugares, tendo sido bastante acentuadas as variações de país a país, “[...] em função do grau de desenvolvimento econômico, do tipo de organização sindical, da cultura política nacional” (Leite, 1994, p. 77).

Existem, portanto, diferentes modelos nacionais de fordismo – Estados Unidos da América, países da Europa e Japão – que possuem características

próprias, especialmente no que diz respeito às características de bem-estar social imprimidas pelos diversos Estados (e, conseqüentemente, de planejamento e de políticas sociais).

Welfare State é uma forma particular de regulação social no âmbito da sociedade capitalista. Considerando os aspectos mais genéricos das práticas de Welfare State, poder-se-ia afirmar que este se constitui, em essência, em um padrão mínimo de renda, alimentação, saúde, habitação e instrução; assegurado pelo Estado a qualquer cidadão como um direito político (Draibe, 1989).

Como a manutenção de regimes de bem-estar social foi resultado do processo de luta pela construção de direitos civis, políticos, sociais, as formas de concretizar e implementar essas políticas foram variáveis, de acordo com as diferentes condições de cada país e com as diversas concepções do papel do Estado e de planificação.

Ao final dos anos 60, após um longo período de prosperidade, esse modelo entrou em crise. Limites sociais e técnicos do regime de acumulação fordista afetaram duramente a lucratividade das empresas, impedindo o contínuo movimento de valorização do capital com base no aumento da produtividade. A raiz da crise estaria no endurecimento das lutas de classe na produção, o que colocava limites à elevação da taxa de mais-valia específica das relações de produção organizadas nesse tipo de processo de trabalho (Leite, 1994, p. 80). A resistência operária à organização fordista do trabalho nas fábricas é um fator que a torna ineficaz em seu objetivo primeiro: o aumento da produtividade através da elevação constante do ritmo do trabalho.

A crise do fordismo pode ser caracterizada como uma crise da organização científica do trabalho enquanto estratégia social, “[...] como técnica de dominação do capital sobre o processo de trabalho” (Coriat, 1982, p. 133).

A lucratividade das empresas foi negativamente afetada pela soma de diversos fatores inscritos na própria lógica do fordismo que impediram o contínuo aumento da valorização do capital com base no incremento da produtividade. Ao lado disto, o choque do preço do petróleo e a ascensão das taxas de juros em meados dos anos 1970 provocaram uma nova queda nas taxas de lucro das empresas, o que levou a decréscimo nos investimentos e a problemas no que se refere ao emprego e à renda.

Diminuição dos ganhos de produtividade, elitização do consumo, mercados com poder de compra reduzidos e aumento da competição intercapitalista mundial são alguns dos desafios que foram colocados à acumulação e à lucratividade do capital no terço final do século XX.

No âmbito das relações de trabalho, a busca de alternativas ao regime fordista de acumulação, de modo a atender à necessidade de manter ou elevar as taxas de lucratividade, passa por dois eixos básicos: transformações na organização

do processo de trabalho e introdução de tecnologia microeletrônica, buscando adaptar o aparelho produtivo às novas exigências do mercado mais instável e competitivo. Novas formas de controle social, no que diz respeito à organização do processo de trabalho e flexibilização da produção, através da tecnologia microeletrônica, fazem parte dessa estratégia (Cassiolato, 1999; Dantas, 1999).

A flexibilidade dos equipamentos microeletrônicos trouxe grandes possibilidades de adaptação às exigências de modificação do produto (Leite, 1994). As máquinas com base técnica microeletrônica são programáveis, permitindo rápidas adaptações às flutuações do mercado, podendo ser utilizadas na produção em grandes séries ou na produção de pequenos e médios lotes.

Quanto aos ganhos de produtividade, a introdução das novas tecnologias informatizadas tem desempenhado um papel fundamental: tanto através da redução do tempo de produção (os ritmos alcançados com esses equipamentos são muito mais elevados que os obtidos com as máquinas eletromecânicas) quanto através de uma maior integração do conjunto do processo produtivo, que permite uma redução significativa do tempo de produção total das mercadorias.

A inovação tecnológica vem sendo relacionada a novas tendências de organização do processo de trabalho e a um conjunto de modificações sociais e econômicas. As inovações gerenciais e institucionais traduzem-se em modificações nas empresas e na economia como um todo – no mercado, nas regras de negociação coletiva, nas intervenções do Estado e nas políticas econômicas, apontando para um novo modelo de desenvolvimento baseado em um novo regime de acumulação (Leite, 1994; Dantas, 1999; Cocco, 1999).

Se há um processo de busca de um novo modelo de organização social, com implicações sobre as relações industriais, a distribuição de renda, a competição intercapitalista, existem, também, diferentes caminhos abertos para a substituição do fordismo como forma dominante de acumulação capitalista, ou mesmo de adaptação de modelos às condições socioculturais e econômicas locais. Deve, ainda, ser considerada a possibilidade de convivência entre modelos que tenderiam a tornarem-se mais ou menos eficazes dependendo do país, do setor produtivo, do mercado de trabalho e do setor de produção. Deste ponto de vista, as novas formas emergentes de produção conteriam os germes de vários padrões alternativos de acumulação.

A partir de 1973, quando todo o mundo capitalista caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, as ideias neoliberais ganham terreno.

A crise do Welfare State nos países centrais permitiu o renascimento do liberalismo. Este possuía um diagnóstico para a crise econômica e propostas para a sua solução, baseado em uma retomada de Smith, adaptada ao novo contexto do capitalismo. Para os neoliberais, o Estado entrou em crise porque se ampliou demais, assumindo tarefas que não lhe competiam, provocando, com isso, a

crise econômica atual. Nesta concepção, o Estado é visto como portador de uma atuação, não só independente da vontade geral e da vontade dos capitalistas, como também contrária ao interesse público, geral e específico. A base do poder do Estado é sua burocracia. Com essa perspectiva, repete Smith, o refrão o melhor Estado é o menor Estado (Smith, 1976).

O grupo neoliberal localiza as raízes da crise no poder excessivo dos sindicatos e, de maneira mais geral, no movimento operário que, segundo eles, havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicatórias sobre os salários e também com a pressão (parasitária) para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Tais processos, na sua perspectiva, levam à destruição dos níveis necessários de lucro das empresas, desencadeando processos inflacionários que têm como fim a crise generalizada das economias de mercado. A solução apresentada é manter um Estado forte em sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos e no controle monetário, mas parco em gastos sociais e intervenções econômicas. Desde a visão neoliberal, é necessário restaurar a taxa “natural” de desemprego para quebrar os sindicatos e promover reformas fiscais que incentivem os agentes econômicos, reduzindo impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas e, assim, restaurando o que é visto como uma saudável desigualdade (Anderson, 1995).

Recorrendo à ideia de vontade geral, os novos liberais assumem que esta fortalecerão o livre mercado e o Estado mínimo, utilizando essa concepção para argumentar a favor da eliminação de uma série de programas sociais que, ao beneficiar a classe trabalhadora, também aumentam as dimensões do governo às custas do sistema de livre empresa e da liberdade individual.

A retomada das ideias liberais, aparentemente anacrônicas, posto que desconsideram as transformações da dinâmica do capitalismo e da natureza do Estado, fornece o suporte para a proposição de uma política econômica ortodoxa que vai do corte do gasto social, passando pela contenção do crédito, retomada do equilíbrio orçamentário e diminuição de tributos.

Há de ressaltar-se que essa visão de política econômica não é ingênua e ultrapassada, como poderia parecer à primeira vista, e muito menos neutra. Sua proposta é um corte entre a política econômica e a política social, esta última vista como subordinada àquela. A prioridade é uma política econômica restritiva, mesmo quando eleva os custos sociais. A ênfase dada no corte dos programas sociais teria como causa o fato de que estes provocariam uma série de alterações no funcionamento do capitalismo, elevando o poder de barganha dos trabalhadores e diminuindo a capacidade de redução dos salários (Draibe, 1984, p. 51). A estratégia conservadora tenderia, assim, a acentuar as tendências de polarização, segmentação e exclusão econômica e social inerentes ao capitalismo.

O processo de mudança estrutural histórica na natureza do capitalismo que envolve a importância crescente dos mercados em face ao Estado e dos mercados

face às empresas escorou e possibilitou o sucesso ideológico do neoliberalismo (Anderson, 1995), o qual nada mais é que uma determinada resposta às condições e contradições enfrentadas pelo capitalismo neste final de século e não um resultado inevitável das mudanças econômicas (Fernandes, 1995).

Entretanto, as mudanças, introduzidas a partir da crise da economia mundial, foram acompanhadas, de modo geral, por alterações importantes na dinâmica das ações do Estado e de suas políticas, que passaram a assumir uma face neoliberal ditada pelos governos conservadores que ascenderam ao poder, a partir do final da década de 70, em países como Inglaterra (Margaret Thatcher), Alemanha (Helmut Kohl), Estados Unidos da América (Ronald Reagan), entre outros (Médici, 1993).

Em consonância com a perspectiva assumida pelos governos conservadores, foram adotadas políticas monetárias restritivas e medidas como o enxugamento do endividamento público, redução e/ou reestruturação da carga fiscal e outras, que conduziram à liberalização do mercado em âmbito mundial. Esse conjunto de ações visou auxiliar a reestruturação produtiva baseada na incorporação de novas tecnologias (principalmente microeletrônica e informação) e na globalização produtiva e financeira e se fez acompanhar por níveis massivos de desemprego, novas legislações antissindiais, corte de gastos sociais e programas de privatizações.

Por outro lado, apesar da hegemonia crescente do neoliberalismo, nos países de capitalismo avançado, o Estado de Bem-estar não foi totalmente desmantelado. Não obstante a ofensiva neoliberal, os gastos públicos não declinaram, ao contrário, apresentam até um pequeno acréscimo, embora a taxa de seu crescimento tenha sido restringida (Anderson, 1995).

É importante ressaltar que existem diversas variantes da aplicação das receitas neoliberais, dependendo da situação histórica concreta das diversas forças econômicas e sociais em cada país.

Anderson (1995), ao avaliar a efetividade das políticas neoliberais, assinala que, de um lado, diversas metas foram alcançadas – queda na taxa de inflação no conjunto de países da OCDE, aumento da taxa de lucro, derrotas do movimento sindical com contenção dos salários e crescimento do desemprego e, por fim, o aumento significativo do grau de desigualdade nos países acima citados. Outrossim, o objetivo final desse conjunto de medidas, sintetizado na reanimação do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas altas e estáveis de crescimento, não foi alcançado. De acordo com o autor, entre os anos 70 e 80 não houve mudança alguma na taxa de crescimento que se apresentava bastante baixa nos países da OCDE.

A explicação para tal resultado pode ser encontrada nas próprias contradições daquelas políticas que criam, através da desregulação financeira, condições mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva e, através

do desemprego, crescente aumento dos gastos sociais; de forma que o peso do Estado de Bem-estar não diminuiu muito nos países da Europa, apesar das medidas tomadas para conter gastos sociais.

As estratégias de resposta à crise que vêm sendo postas em ação desde o terço final do século XX têm como base ciência e tecnologia e tendem a excluir do Estado aqueles interesses contrários ao processo de valorização do capital. A crise global representou a crise do Estado de Bem-estar e “[...] ruptura do paradigma da planificação moderna, seja pelas políticas neoliberais de ajuste econômico, e de proposição de um Estado mínimo, seja pela própria internacionalização dos conglomerados econômicos” (Tavares dos Santos, 2001, p. 170).

Manuel Castells (2000) realiza uma análise sistemática do capitalismo que emergiu no último quarto do século XX, que designa capitalismo global informacional. O processo de reestruturação capitalista, empreendido desde os anos 80 seria, para o autor, o fator histórico decisivo para a formação e aceleração do paradigma da tecnologia da informação e para a indução de suas formas sociais. Em grandes linhas, essa reestruturação é caracterizada como sendo formada por: processos de descentralização das empresas e sua organização em redes; maior flexibilidade de gerenciamento; fortalecimento do papel do capital relativamente ao trabalho; individualização e diversificação das relações de trabalho; progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e a gestão do capital – aumento da concorrência global; intervenção do Estado para desregular os mercados de forma seletiva.

Dependendo da natureza das forças e instituições políticas em cada sociedade, há diferentes intensidades de desestruturação, reorientação dos Estados de Bem-estar Social. Em síntese, está em curso a desintegração do modelo organizacional de burocracias racionais e verticais, típicas da grande empresa e sob as condições de produção padronizada em massa e mercados oligopolistas (Castells, 2000).

Esse processo de reestruturação tem como objetivos centrais: a maximização do lucro nas relações capital/trabalho (flexibilização, terceirização, enxugamento); aumento da produtividade do trabalho; globalização da produção, circulação e mercados; direcionamento dos recursos estatais para garantir ganhos de produtividade e competitividade. A revolução da tecnologia da informação, de acordo com Castells (2000), foi iniciada pela ação estatal, tendo o Estado nela desempenhado uma ação preponderante, através dos programas de macropesquisa e grandes mercados desenvolvidos pelos governos.

Pode-se pensar, com base nessas análises, que a crise do Estado-Nação é, em certo sentido, uma crise ideologicamente construída, pois nem todos os Estados nacionais são igualmente afetados pela globalização e nem todos cumprem o mesmo papel nos processos de transnacionalização do capital. Em países do Norte, o Estado desempenha, ainda, um significativo papel na

manutenção das estruturas de produção de conhecimento científico e tecnológico, na preservação de seus mercados, enfim, na construção e manutenção de sua condição privilegiada no cenário mundializado (Baumgarten, 2008). Nos países do Sul, entretanto, a situação tende a ser diversa, como se verá adiante.

Entretanto, o momento histórico contemporâneo se caracteriza por uma nova relação entre a economia, o Estado e a sociedade. A divisão do trabalho se efetua, cada vez mais, segundo um complexo sistema de redes interligadas. Um crescimento econômico, sem precedentes na história, gera imensa riqueza; ao lado de processos de exclusão social, também ímpares, e incremento de conflitos sociais.

Tendo como pano de fundo esses fenômenos e o quadro de mudança do modelo das relações entre mercados nacionais e mercado mundial, no qual se delineiam uma nova divisão internacional do trabalho, novas características dos processos de internacionalização e novos fatores das relações de força e das hierarquias internacionais; a fórmula – menos Estado, mais mercado – proposta como a grande solução dos problemas, significa, em termos práticos: mais recursos para o setor privado, maior dependência nacional dos núcleos fortes da economia mundial; “espontaneísmo” econômico – mediado pelo determinismo tecnológico – e aceitação dos processos de “modernização” dados. Ao mesmo tempo, em termos sociais, significa uma redistribuição mais elitista dos recursos e uma composição de classe mais desigual. E, em termos políticos, isso implica um direcionamento anti (ou não) estatal das classes dominantes (Vacca, 1991).

Giuseppe Vacca (1991) aponta a necessidade em distinguir os binômios público/privado e Estado/mercado. De acordo com o autor, tem havido uma equiparação desses binômios conceituais, cuja razão mais plausível residiria no fato de que, durante uma longa fase histórica, nos países europeus, “público” coincidiu com o estatal e “privado” designava tudo aquilo que era atribuído à regulação do mercado. Segundo o autor, na proposta “menos Estado, mais mercado” estão em jogo interesses de classe evidentes: a fórmula esconderia a verdade política elementar que “o liberalismo nada mais é que um programa de redistribuição de renda e do poder com vantagem para os mais fortes”. Para o autor, a atribuição de funções cada vez mais numerosas ao Estado: “Estado empreendedor”, “Estado financiador”, teve como significado a existência “[...] de uma divisão de tarefas entre o Estado e o mercado nacional, por um lado e o mercado internacional, por outro lado, em função do desenvolvimento econômico nacional” (p. 161-162).

Os Estados nacionais estão se transformando. De sujeitos soberanos passam a ser atores estratégicos na defesa dos interesses que representam (e de seus próprios) em um sistema global de interação com soberania sistemicamente compartilhada. Há, não obstante, nesse novo papel, um paradoxo, pois os Estados, para estimular a produtividade e a competição de suas economias, precisam

estabelecer uma estreita aliança com os interesses econômicos internacionais e obedecer a regras globais que favoreçam os fluxos de capital. Com isso, se estabelece uma relação inversa entre boa performance no cenário internacional e legitimidade e representatividade de suas bases políticas nacionais: quanto mais os estados enfatizam o comunalismo tanto menor é sua eficácia no sistema global e vice-versa (Castells, 2000).

Diversas análises (Vacca, 1991; Afonso, 2001; Gomes Canotilho, 2000) têm apontado que o Estado deixou de ser um produtor de bens e serviços para se transformar, sobretudo, em regulador do processo de mercado.

A chamada reforma do Estado tem uma amplitude muito maior do que aquela sugerida pelo uso de expressões como reinvenção do governo, *new public management*, ação administrativa orientada para resultados, que subentendem uma modernização na administração, o que está ocorrendo, na verdade, é uma mudança do paradigma do Estado: da lógica intervencionista que caracteriza o Estado provedor, empreendedor, para a lógica dirigista em que o Estado impõe regulamentações que condicionam a conduta dos atores privados – o Estado – regulador ou gestor (Gomes Canotilho, 2000; Afonso, 2001, Bursztyn, 2001).

Analisando o movimento recente para a reforma do Estado, Sousa Santos (1998) afirma que este ocorreu em duas fases principais: a primeira assenta-se na ideia que o Estado é irreformável; na segunda, há uma mudança de perspectiva, voltando a ideia de reforma. A primeira fase representa o Estado como inerentemente: ineficaz, parasitário e predador, de maneira que a única reforma possível e legítima consiste em processos políticos que visam reduzi-lo ao mínimo necessário para viabilizar o funcionamento do mercado. Essa foi uma fase totalmente dominada pela força e pelos interesses do capitalismo global e prolongou-se até os primeiros anos da década de noventa, quando por seus próprios resultados disfuncionais e pela resistência que gerou (Sousa Santos, 1998, p. 4).

Na segunda fase de reforma do Estado, este passa a atuar na seleção, coordenação, hierarquização e regulação dos agentes não estatais (terceiro setor) que, por subcontratação política, adquirem concessões do poder estatal. A luta política passa a ocorrer em um espaço público muito mais amplo que o estatal, no qual o Estado é apenas um componente a mais, ainda que privilegiado (Sousa Santos, 1998).

Nessa fase, o ponto de partida foi a ideia que o Estado é reformável, devendo-se buscar a construção de uma outra qualidade de Estado. Para Sousa Santos (1998), o papel do chamado terceiro setor nessa reforma é fundamental. Assim, o mesmo movimento que compreende a mudança do paradigma de Estado abrange a emergência do que vem sendo denominado “terceiro setor”.

Esse conceito tem sido utilizado para demarcar um espaço de ação entre o Estado (autoridade pública) e o Mercado (empresas – espaço das trocas

privadas) e diz respeito ao desenvolvimento de formas de organização e atuação de atores privados com fins públicos. As ações que ocorrem nesse âmbito são promovidas por entidades bastante heterogêneas que têm, não obstante, uma característica em comum: pertencem à sociedade civil. São organizações sociais que, a despeito de serem privadas, não têm fins lucrativos e, mesmo sendo animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, não são estatais. Entre essas instituições encontram-se: associações mutualistas, não lucrativas, cooperativas, organizações não governamentais, fundações empresariais, movimentos sociais, entre outras. O que há de comum entre elas é sua característica de estabelecerem uma nova implicação recíproca entre indivíduo e sociedade e não buscarem nem o poder, nem o lucro, baseando-se na solidariedade e/ou no mutualismo (Jerez; Revilla, 1997; Sousa Santos, 1998).

Há um extenso debate sobre o papel do “terceiro setor” em sua articulação com o Estado. Em princípio, as instituições que o formam estão sujeitas aos mesmos problemas, limites e vícios que são atribuídos ao Estado.⁴ Por outro lado, há indícios que uma articulação entre Estado e instituições do “terceiro setor” possa ser produtiva, em determinadas circunstâncias. Há, ainda, outras potencialidades dessas instituições que, de acordo com Vieira (1997), podem desempenhar um papel crescente nas negociações internacionais, como catalisadoras de mudanças destinadas a incorporar a sociedade civil no processo de tomada de decisões, e como instrumento de uma emergente cidadania planetária enraizada em valores humanos universais.

Nos países centrais, notadamente Europa Ocidental, a expansão do terceiro setor, apresentada como a emergência da sociedade civil em uma situação de crise política e de ineficiência do Estado, tem servido, muitas vezes, para reforçar e justificar o abandono da responsabilidade social do Estado. Por outro lado, é possível identificar um progressivo aumento, qualitativo e quantitativo, no financiamento provido pelos governos dos países centrais e organismos internacionais às organizações não governamentais, o que pode ser visto como uma tentativa de conter o desenvolvimento de movimentos que contestem o modelo neoliberal, evitando os eventuais conflitos sociais. Coloca-se também o risco de neocolonialismo e o surgimento de uma nova dependência cultural a partir da formulação de projetos com tecnologia e valores exógenos, como o são os projetos de cooperação (Jerez; Revilla, 1997).

No que diz respeito aos países latino-americanos, a condução do Estado correspondeu à forma específica assumida pelos processos de acumulação desses países caracterizados, em geral, por desenvolvimento excludente (crescimento econômico com concentração de renda e exclusão das massas populacionais do mercado) e sistemas de proteção social com características específicas decorrentes dos próprios modelos de desenvolvimento e dos níveis de organização da classe trabalhadora.

As propostas de ajuste encontraram resistências na América Latina com base no processo de redemocratização de diversos países. No entanto, de modo geral, as experiências neoliberais – no que diz respeito às políticas públicas – foram implementadas. O sucesso ou não dessas políticas foi variável de acordo com as características de cada país (Médici, 1993; Anderson, 1995).

3 O DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL E SUA CRISE

Para a análise do Estado desenvolvimentista no Brasil, é interessante retomar a contribuição de Cardoso (1973) ao estudo do processo de crescimento econômico brasileiro, uma vez que suas ideias contribuíram largamente para os debates sobre tal modelo e dada sua posição no cenário político do país.

Em seus estudos sobre a América Latina e o Brasil, Cardoso propõe, em conjunto com Faletto, um quadro teórico para a análise das condições específicas da situação da América Latina e do tipo de integração social das classes e grupos como condicionantes principais do processo de desenvolvimento. Cardoso (1973) aponta a necessidade de apreender o novo caráter da dependência, qual seja; a internacionalização do mercado, através da abertura dos mercados internos ao controle externo, via ingresso de capitais estrangeiros.

O autor busca demonstrar que o comportamento global das economias dos países do sul vem a pautar-se por formas próximas às que caracterizam os países centrais. Entretanto, como os contextos nacionais da América Latina, em nível social e político, são distintos daqueles que prevalecem nos países de industrialização avançada, as consequências serão, também, distintas e específicas.

Cardoso afirma que o processo de crescimento econômico no Brasil, na sua fase de internacionalização, caracteriza-se pela transferência para as economias em desenvolvimento de um sistema produtivo já pronto, importando-se fábricas completas que trazem com elas, além da tecnologia produtiva, as técnicas requeridas para o funcionamento das economias industriais de massa tais como propaganda e suporte financeiro complexo, entre outros. Ressalta, ainda, que a produção de bens de consumo de massa, no país, deu-se sem que ocorressem tendências significativas à redistribuição de rendas, de forma que a abertura do mercado brasileiro aos capitais estrangeiros e a maior homogeneização das técnicas de produção e comercialização comparativamente aos centros de desenvolvimento mundial, não trouxeram consigo maior participação social nos frutos do progresso tecnológico. De acordo com o autor, a escala de produção e o mercado foram compatibilizados pelo aumento do poder aquisitivo das camadas de altas rendas (Cardoso, 1973).

A proposta de Cardoso para a compreensão do Brasil pós-1964 tem seu centro no conceito de capitalismo dependente-associado com base na aliança

entre empresas estatais e capitais internacionais, os quais têm por parceria menor a burguesia local. Nas análises empreendidas em meados da década de 1970, o autor considera – embora o caráter excludente, regressivo de distribuição de renda, característico do milagre brasileiro, tenha propiciado o consumo luxuoso das camadas de altas rendas – que a concentração de rendas não é essencial ao capitalismo dependente-associado, podendo esse coexistir com algum tipo de distribuição de renda, dependendo de vontade política. Cardoso afirma, ainda, que o desenvolvimento capitalista-dependente não requer autoritarismo político, levantando a possibilidade de formas democráticas de vida social, o que poderia ser obtido através da reativação da sociedade civil, criando-se as arenas e o clima de liberdade que permitiriam aos trabalhadores, aos sindicatos, às organizações culturais e políticas exercer sua ação transformadora.

Diversos analistas (Cardoso, 1973; Oliveira, 1977; Tavares e Fiori, 1993) concordam que o modelo desenvolvimentista demonstrou, desde o seu início, a tendência à divisão do sistema produtivo entre o setor estatal (indústrias de base e criação de infraestrutura econômica), o setor nacional privado e o setor privado de capital externo. O empresariado nacional foi, sempre, o sócio menor, configurando o chamado tripé do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Os custos – social e político – do processo de desenvolvimento, particularmente a partir dos anos 1950, incluíram baixos salários, distribuição desigual de rendas, endividamento interno e externo e autoritarismo. A despeito desses problemas, o crescimento industrial e a expansão geral das atividades econômicas exerceram efeitos importantes sobre a sociedade, mudando radicalmente sua face em menos de 20 anos (1950-1970). Criou-se uma estrutura industrial extensa e diversificada, integrando parte da população aos setores dinâmicos da economia. A urbanização acelerada decorrente do processo de industrialização modificou as necessidades e demandas sociais, colocando em cena novos atores.

O projeto desenvolvimentista teve o seu grande organizador no Estado, o qual desempenhou um papel decisivo na articulação de uma economia industrial no Brasil. Através de diferentes formas políticas – desde o populismo até o autoritarismo – criaram-se diversos mecanismos de intervenção econômica e social.

No período que se seguiu à Segunda Guerra, a ideia de planejamento – como forma de coordenar a atividade econômico-financeira do Estado – ganhou força em termos mundiais. No Brasil, as acepções de planificação e desenvolvimento encontraram-se associadas desde o final da década de 1940.⁵ Inicialmente, o planejamento surgiu da necessidade do governo de responder às exigências e demandas dos setores econômicos – nacionais e internacionais – e sociais. Aos poucos, os conceitos de desenvolvimento e de planejamento foram sendo incorporados por diferentes setores da sociedade e a ideia de planificação

passou a revestir-se de um caráter de neutralidade, sendo sua aplicação preconizada para qualquer regime econômico e em diferentes fases do processo de desenvolvimento (Ianni, 1971, 1979).

A utilização pelo poder público das técnicas e práticas de planejamento e do conhecimento científico e tecnológico foi essencial para o funcionamento do Estado, colaborando também em sua legitimação. A ideia, difundida e incorporada ao senso comum, de que com a ajuda de um planejamento adequado, com base em conhecimentos científicos, os países pobres obteriam condições de progredir foi aceita como verdade incontestável por diferentes especialistas em desenvolvimento (Santarosa, 2001, p. 137).

O Estado no Brasil – resultante de um pacto de poder liberal-desenvolvimentista – atuou como coordenador ou planejador, centralizando recursos e canalizando-os para o setor privado; fornecendo subsídios e incentivos fiscais; abrindo novas fronteiras e horizontes de valorização; criando a infraestrutura e os insumos básicos; subsidiando a reprodução da força de trabalho (através de políticas como saúde, habitação) e regulando os conflitos entre o capital e o trabalho, além de atuar como empresário (Corazza, 1992, p. 93).

Para Bresser Pereira (2001), o golpe de 1964 abriu “[...] um regime autoritário modernizador, burocrático-capitalista”. A partir da aliança que, então, se formou entre a moderna burocracia civil e militar, as classes médias burocráticas do setor privado e a burguesia brasileira, os militares promoveram, com a participação ativa dos civis, a reforma administrativa de 1967 (decreto lei nº 200). Bresser afirma que a reforma procurou substituir a administração pública burocrática por uma administração para o desenvolvimento, operando-se um duplo movimento no Estado brasileiro no qual, ao mesmo tempo em que a reforma administrativa o conduzia à desconcentração do poder pela descentralização administrativa e maior autonomia de decisão das agências, no plano político federativo, o poder voltava a ser centralizado na União (Bresser Pereira, 2001).

Durante o regime militar, o planejamento desempenhou um papel significativo. A partir de meados dos anos 1970, o governo Geisel (1974-1978) desencadeou um programa destinado a completar a industrialização pesada (bens de produção) e a redirecionar a economia brasileira para as exportações, dada a necessidade de gerar divisas que pagassem a amortização do capital, os juros e os *royalties*. No que diz respeito às estruturas produtivas e à política econômica, ocorreram inovações importantes como, por exemplo, a associação entre capitais estatais e grupos internacionais (exploração da petroquímica, exportação de minérios) significando o fim do nacionalismo econômico estrito e a ampliação do modelo desenvolvimentista que incorporava, em parte, a perspectiva liberal, presente através de capital internacional (Tavares; Fiori, 1993, p. 141).

Entretanto, a década de 1970, no Brasil, caracterizou-se pelo crescente endividamento externo, caminho escolhido face à crônica fragilidade fiscal do Estado e esgotada sua capacidade de financiamento interno. Tal situação culminou na crise do final da década, cuja maior expressão foi o enorme estoque de dívida pública interna e externa. O quadro de crise, surgido das próprias contradições internas do modelo, agravou-se a partir de 1979, com a decisão da política norte-americana de elevar as taxas de juros e com a prolongada recessão da economia mundial.

A estatização da dívida externa, visando proteger o capital privado, forçou o Estado a cumprir o serviço da dívida levando-o ao endividamento interno. A conjunção de crise fiscal com crise financeira internacional conduziu o Estado a uma perda de capacidade de investimento. A combinação da crise fiscal com a crise da dívida externa a partir de 1982, denominada de “ciranda financeira”, apresenta-se como um circuito perverso: dívida externa que gera dívida interna, que, por sua vez, resulta em déficit público, exigindo emissão de títulos públicos, o que resulta em ampliação da dívida interna (Fiori, 1992).

Alguns fatores ligados à herança desenvolvimentista devem, segundo Tavares e Fiori (1993), ser considerados para pensar a crise que se iniciou no final da década de 1970: a crônica fragilidade fiscal do Estado e as dificuldades financeiras do setor público e da economia privada durante a industrialização brasileira; o elevado grau de industrialização alcançado pelo Brasil e a consequente estrutura produtiva bastante heterogênea do ponto de vista de sua produtividade, salários, competitividade (Tavares; Fiori, 1993, p. 145).

Em acréscimo, é necessário considerar a fragilidade do sindicalismo brasileiro, que perdurou até o final dos anos 1970 e contribuiu para uma industrialização com baixos salários e para a utilização extensiva e rotativa da mão de obra. A força de trabalho qualificada, desta forma constituída, raramente foi vista como elemento importante da competitividade industrial. A disparidade salarial e a segmentação dos mercados de trabalho resultantes contribuíram para a manutenção e crescimento das desigualdades sociais, individuais e regionais. Por outro lado, o autoritarismo e a centralização do poder resultaram em baixos índices de participação e controle da população sobre o exercício da autoridade do Estado.

Dentre os vários problemas que foram sendo postergados, alguns dos mais significativos para entender a crise são a atrofia do sistema financeiro, pela incapacidade de mobilizar recursos para investimento; a inexistência de centralização financeira, o que bloqueou o processo de monopolização da economia – processo este, necessário para o fortalecimento de grupos empresariais e financeiros com capacidade de liderar o crescimento e de engendrar a inovação tecnológica; a distribuição regressiva da renda, que impediu a formação de um mercado interno de massas; a excessiva e prolongada proteção

às empresas nacionais, privando-as de capacitação tecnológica e da consequente competitividade face à concorrência externa. Tais condições impediram, de acordo com Fiori, um crescimento alto e sustentado da economia (Tavares; Fiori, 1993; 2003).

A crise do modelo desenvolvimentista com o esfacelamento do tripé Estado, capital nacional e capital internacionalizado, que propiciou a modernização conservadora pós-1964, ocorreu em meio à nova configuração internacional de globalização da economia, na qual o Estado assumiu nova face, tendendo ao controle das políticas de ajuste fiscal e monetário, mas mantendo – nas economias centrais – seu papel estruturante. Nos países de economia periférica, o que tem ocorrido é a perda progressiva do papel estruturante do Estado com a fragilização de suas políticas voltadas para infraestrutura, educação e C&T.

Na tentativa de realizar a transição para novos modos de regulação capitalista, já em curso nos países do Norte revigoraram-se as forças liberais conservadoras, tornando-se as políticas neoliberais ideologicamente dominantes na sociedade brasileira, ao longo dos anos 1980 e da primeira metade dos anos 1990. De acordo com Oliveira (1995), a dilapidação do Estado brasileiro, em curso desde o período autoritário, propiciou o clima para que a ideologia neoliberal, já dominante nos países desenvolvidos, encontrasse terreno fértil para uma pregação antissocial, tanto junto à burguesia quanto junto às populações mais pobres, para quem o Estado de Bem-estar havia falhado.

O cenário mundial que se desenhou a partir do último terço do século XX levou a um relativo consenso entre os defensores do desenvolvimento capitalista e seus críticos quanto à urgência da adoção de estratégias sociopolítico-ambientais sustentáveis. Há de considerar que a proposta de adoção das estratégias de desenvolvimento sustentável tem sentidos bastante diferentes para os distintos grupos envolvidos, significando, para uns, tornar mais aceitáveis e menos perigosos os atuais rumos do desenvolvimento capitalista, inserindo certos mecanismos de controle; enquanto, para outros, a noção de sustentabilidade contém um questionamento do próprio núcleo das atuais formas de produção da vida – a mercadorização geral e a crescente e sistemática exploração depredadora do ambiente e dos seres que o constituem.

Há, pois, profundas diferenças tanto no que se refere ao tipo de estratégias propostas para a obtenção de um desenvolvimento sustentável e quem deve arcar com os maiores custos econômicos e sociais, quanto, com relação à real aplicabilidade dessas estratégias, mantendo-se as atuais formas de organização econômica e social.

O padrão de relações internacionais desse início de século – globalização da economia, exigência de maior competitividade e utilização intensiva de conhecimento na produção de bens e serviços – coloca novos desafios à

análise dos vínculos entre produção e usos de ciência e tecnologia, por um lado e o processo de desenvolvimento econômico e social, por outro. A ideia de desenvolvimento sustentado que emergiu dos movimentos ambientalistas dos países do centro capitalista (em especial EUA e países da Europa) vem, crescentemente, ganhando adeptos também nos países do Sul (Marques, 1991; Bernardo, 1996; Löwy; Bensaïd, 2000).

Na sociedade mundializada, que surge em meio à crise geral da última década do século XX (Hobsbawm, 1995), o debate sobre a noção de desenvolvimento sustentado e suas possibilidades científicas e políticas, é condição necessária para embasar uma crítica à perspectiva de desenvolvimento orientado pela racionalidade instrumental e pela lógica do mercado, bases da chamada globalização hegemônica de que fala Boaventura de Sousa Santos, e que se caracteriza pela exclusão econômica e social (Sousa Santos, 2000).

4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO: AS CONTRADIÇÕES DO CONCEITO

A temática do desenvolvimento sustentado não é nova. Suas raízes podem ser encontradas no intervalo entre o final dos anos 60, início da década de 70, com a organização do Clube de Roma e a publicação do livro intitulado *Os limites do crescimento*, de Denis Meadows, no qual estão sintetizadas as principais conclusões do relatório do Clube de Roma. O período é sugestivo. Após mais de trinta anos de expansão econômica e transformação social, inaugurava-se uma nova era de crise e incertezas (Hobsbawm, 1995) e surgiam variadas críticas às teorias de desenvolvimento existentes. O livro de Meadows, por exemplo, trouxe como principal conclusão a ideia de que haveria, a longo prazo, um esgotamento dos recursos não renováveis do planeta, se continuassem crescendo, no mesmo ritmo, a população mundial, a produção de alimentos e a utilização dos recursos naturais (Meadows, 1984).

Houve, à época, uma ampla disseminação do debate sobre o tema do crescimento econômico e seus limites, tendo sido introduzido um elemento delimitador à ideia de progresso. A polêmica e a repercussão causadas pelo relatório e a forte pressão de movimentos ecológicos e ambientalistas levaram o debate para além das fronteiras acadêmicas, transformando-o em questão política (Mota, 2001).

Poucos anos depois, em 1972, a preocupação com os problemas ambientais e sua relação com o desenvolvimento capitalista foi objeto da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, na qual surgiu o conceito de Eco-desenvolvimento. A Conferência de Estocolmo foi precursora da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD –

(Rio 92), que teve lugar, 20 anos depois, no Rio de Janeiro, tendo como proposta “salvar o planeta” (Bursztyn, 1995; Bartholo Jr.; Bursztyn, 2001).

Em meio às duas conferências, a criação da Comissão Mundial sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, em 1983, na esfera da Organização das Nações Unidas (ONU), e o documento que daí se originou, constituíram-se em marco significativo do debate sobre as relações entre ambiente e desenvolvimento capitalista, impulsionando a rápida institucionalização do tema.

O Informe Brundtland, sob o título “Nosso Futuro Comum” (1991), foi resultado dos trabalhos da Comissão Mundial Sobre o Ambiente e Desenvolvimento, tendo sido divulgado pela ONU, junto aos países membros, através do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. No informe, são examinados temas como as relações entre população e alimentos, ecossistemas e recursos biológicos, produção de energia e indústria, urbanização, paz, ambiente, desenvolvimento e cooperação internacional, sendo dada ênfase aos riscos para a humanidade.

Os principais temas tratados no documento são aqueles relacionados aos fluxos de riqueza – crescimento econômico, equidade social, e aos estoques de recursos – equilíbrio ecológico. Na acepção do documento, “desenvolvimento sustentado” é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras. Enfatiza, com essa abordagem, a primazia do longo prazo da natureza, em contraposição à dinâmica de curto prazo do mercado (CMMAD, 1991). O documento, de forma geral, procurou conciliar crescimento econômico com uso sustentável da natureza, reduzindo as críticas à sociedade industrial usuais em documentos anteriores.

O conceito de desenvolvimento sustentado tem sido objeto de análise e debate por parte de diversos autores que trabalham com questões ligadas ao desenvolvimento capitalista e suas consequências, notadamente no que se refere aos problemas ambientais (Bernardo, 1996, 2001; Bursztyn, 2001; Marques, 1991, p. 17).

A presença, no conceito de desenvolvimento sustentável, de ideias de patrimônio comum (e finito) da humanidade e do reconhecimento de direitos a gerações que ainda não existem, indica uma ênfase na primazia do longo prazo, da sustentabilidade como pré-requisito para as ações dos agentes econômicos, fatores estranhos à dinâmica do mercado. Entretanto, apesar de ser um conceito pleno de boas intenções, resta, como dúvida, o problema de sua viabilidade. A proposta de desenvolvimento sustentado ignora, segundo Marques (1991), as dificuldades estruturais implícitas na sua realização.

Maristela Bernardo, ao analisar o documento “O Nosso Futuro Comum”, afirma ser possível considerá-lo como “[...] a formulação inicial de uma Utopia Liberal de justiça social e ambiental, dentro dos cânones de uma sociedade regida pelo mercado” (Bernardo, 1996, p. 162).

Observando os múltiplos usos do conceito de desenvolvimento sustentável, é possível concluir que os rumos tomados pela questão ambiental, a partir da década de 80, estão direcionados, cada vez mais, pelo próprio mercado, que passou a ser o grande detentor de iniciativas nesse campo. Nessa perspectiva, a questão ambiental se reduziria “[...] à gestão ambiental, uma relação normativa e empreendedora entre agentes privados e poder público, dentro de um quadro de mudança tecnológica de razões mais endógenas do que paradigmáticas” (Bernardo, 1996, p. 163).

Uma retrospectiva histórica sobre o tema permite concluir que crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico dificilmente estiveram juntos na América Latina e no Brasil. O processo de industrialização no Brasil teve, entre seus resultados, a exclusão de significativas parcelas da população do país, tanto da riqueza social como da própria condição de cidadãos, a destruição de riquezas naturais, o comprometimento de inúmeras espécies da fauna e da flora e fortes níveis de degradação ambiental (Furtado, 1968; Tavares; Fiori, 1993; 1998; Moraes, 1997).

Não obstante, a ideia de desenvolvimento sustentado pode ser encontrada, já na década de 60, no objetivo de “humanização do desenvolvimento” do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED – 1968-1970) e no discurso de prioridade estratégica do desenvolvimento científico e tecnológico como garantia a longo prazo de crescimento rápido e autossustentado (Fernandes, 1989, p. 34). A Constituição de 1988, no que se refere às questões ambientais, está diretamente articulada ao Relatório Brundtland, assim como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) e a Agenda 21 são, também, desenvolvimentos do trabalho da Comissão liderada por Gro Brundtland.

A análise da relação entre desenvolvimento econômico capitalista e sustentabilidade social e natural, no Brasil, no terço final do século XX, indica enormes contradições, tanto em termos de diferenças entre o discurso e a prática do Estado, quanto relativamente à própria ação dos vários atores sociais envolvidos. Os rumos do desenvolvimento capitalista no mundo, e também no Brasil, não parecem estar se orientando no sentido de uma nova consciência planetária e de ações visando a sustentabilidade, e sim, ao contrário, para a resolução dos problemas imediatos de ajuste da economia e interesses das nações hegemônicas (Fiori, 2003; Dupas, 2000; Bursztyn, 2000).

O Estado, outro personagem estratégico, no que se refere ao desenvolvimento sustentável, tem sido levado a gerir restritivamente a demanda ambiental e social, refletindo seus compromissos concretos e históricos e suas crescentes limitações frente aos interesses do mercado e do capital financeiro internacional; entretanto, não pode abrir mão do discurso da proteção ambiental, da qualidade de vida e de uma ciência e tecnologia voltadas para a resolução

dos graves problemas sociais e ambientais do novo século, sob pena de perder legitimidade (Bernardo, 1996; 2001; Santarosa, 2001).

Como se pode depreender do debate acima, há diversos problemas associados à aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável e seus usos têm sido bastante contraditórios. Apesar disso, a perspectiva ética e a ideia de solidariedade nele presentes indicam a importância de repensá-lo, como conceito central, para o debate sobre as políticas públicas na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. Estado e desenvolvimento capitalista: uma perspectiva de análise política estrutural. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, nº 20, 1979.

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e políticas institucionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. *Educação e Sociedade*, Campinas, CEDES, v. XXII, nº 75, p. 15-32, ago. 2001.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Ed. UNESP/Contraponto, 1996.

BAUMGARTEN, Maíra. *Conhecimento e sustentabilidade: Políticas de ciência e tecnologia no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Ed. Sulina, 2008.

BERNARDO, Maristela. Impasses sociais e políticos em torno do meio ambiente. *Sociedade e Estado*, Brasília, UnB, v. XI, nº 1, jan./jun 1996.

BERNARDO, Maristela. Políticas públicas e Sociedade Civil. In: BURSZTYH, M. (Org.) *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 41-57.

BETTELHEIM, Charles. *Planificação e crescimento acelerado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; BURSZTYN, Marcel (Coord.). *Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Consórcio CDS/UnB/ABIPTI, 2000.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977 [1974].

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Do Estado patrimonial ao gerencial. In: SACHS, Ignacy et al. (Orgs.). *Brasil, um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

- BURSZTYH, Marcel. Armadilhas do progresso: contradições entre economia e ecologia. *Sociedade e Estado*, Brasília, UnB, v. X, nº 1, p. 97-124, jan./jun 1995.
- BURSZTYH, Marcel. (Org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- BUCCI-GLUCSMANN, Cristine. *Gramsci e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo brasileiro de desenvolvimento: Debate e Crítica*. São Paulo: HUCITEC, nº 1, 1973.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Estatização e autoritarismo esclarecido: tendências e limites. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências Ltda, nº 15, jan-mar 1976.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Estado capitalista e marxismo*. Estudos CEBRAP, São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências Ltda, nº 21, jul-set 1977.
- CASSIOLATO, José Eduardo. A economia do conhecimento e as novas políticas industriais e tecnológicas. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Orgs.) *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. *Economia e Sociedade*, Campinas, nº 5, 1995.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- COCCO, Giuseppe. A nova qualidade do trabalho na Era da Informação. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Orgs.) *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- CORAZZA, Gentil. As contradições da proposta neoliberal. *Indicadores Econômicos*, Porto Alegre, FEE, v. 20, nº 2, 1992.
- CORIAT, Benjamin. *Science, Technique et capital*. Paris: Seuil, 1976.
- CORIAT, Benjamin. *El taller y el cronómetro*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1982.
- CORRÊA, Maira. Desenvolvimento capitalista, Estado e políticas públicas. *Momento*, Rio grande, Ed. da FURG, v. 8, 1995.
- COUTO, Ebenézer Pereira. *Estado e políticas no capitalismo contemporâneo*. Faculdade de Ciências Econômicas, SEP – Sociedade Brasileira de Economia Política, IV Encontro Nacional de Economia Política, 1 a 4 de junho de 1999. Mimeo.

- DANTAS, Marcos. Capitalismo na Era das Redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Orgs.) *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus 1999.
- DRAIBE, Sonia. O welfare state no Brasil: características e perspectivas. In: *Ciências Sociais Hoje*, 1989. ANPOCS, São Paulo, 1989.
- DRAIBE, Sonia. *As políticas sociais e o neoliberalismo*. Caxambú, ANPOCS, XVII Encontro Anual, 1993.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova*, São Paulo, Marco Zero, nº 24, p. 85-116, set. 1991.
- FERNANDES, Luis. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir.; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- FIORI, José Luís. A ingovernabilidade brasileira. *Indicadores Econômicos*, Porto Alegre, FEE, v. 20, nº 2, 1992.
- FIORI, José Luís. Um novo país é possível. Entrevista. *Caderno de Cultura ZH*, Porto Alegre, 18/01/2003, p. 2-3.
- FIORI, José Luís; TAVARES, Maria da Conceição. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- FIGUEIREDO, Vilma. *Produção social da tecnologia*. São Paulo, EPU, 1989.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo, Arte Nova, 1977.
- FURTADO, Celso. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GOMES CANOTILHO, José Joaquim. Paradigmas de Estado e paradigmas de administração pública. In: AAVV. *Moderna gestão pública: dos meios aos resultados*. Oeiras: INA, 2000. p. 21-34.
- GORZ, André. Divisão do trabalho, hierarquia e luta de classes. In: *Divisão social do trabalho, ciência, técnica e modo de produção capitalista*. Porto: Escorpio, 1974.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HENRIQUE, Wilnés; DRAIBE, Sonia. *Políticas públicas e gestão da crise: um balanço da literatura internacional*. Águas de S. Pedro: ANPOCS, 1984.
- HIRSCH, Joachim. Observações teóricas sobre o estado burguês e sua crise. In: POULANTZAS, N. (Org.). *O Estado em Crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve Século XX – 1814-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. *Estado e Planificación Económica en Brasil (1930-1970)*. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu Editores S/A, 1971. 275 p.

- IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1979.
- IANNI, Octavio. O. Globalização e crise do Estado-Nação. *Estudos de Sociologia*, Araraquara DS\PPGS – FCLAUNESP, ano 3, nº 6, p. 129-138, primeiro semestre 1999.
- JEREZ, Ariel. Introducción. In: JEREZ, A. (Coord.) *Trabajo voluntario o participación? Elementos para una sociología del tercer setor*. 1997. Mimeo.
- JEREZ, Ariel; REVILLA, M. El tercer setor: una revision introdutória a um concepto polémico. In: JEREZ, A. (Coord.). *Trabajo voluntario o participación? Elementos para una sociología del tercer setor*. 1997. Mimeo.
- LEITE, Márcia. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scrita, 1994.
- LIPIETZ, Alain. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 10, nº 2, 1989.
- LÖWY, Michael. De Marx ao ecosocialismo. In: LÖWY, M.; BENZAÏD, D. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000. p. 227-238.
- LÖWY, Michael; BENZAÏD, Daniel. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- MACPHERSON, Crawford Brough. *Teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARQUES, Marília Bernardes. *Ciência, tecnologia, saúde e desenvolvimento sustentado*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1991. Série Política de Saúde 11.
- MEADOWS, Dennis. *Os limites do crescimento*. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- MÉDICI, André. *Políticas sociais e neo-liberalismo na América Latina: Chile e México: duas experiências divergentes*. Caxambú: ANPOCS, XVII Encontro Anual, 1993.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Meio ambiente e Ciências Humanas*. 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- POULANTZAS, Nicos (Org.). *O estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- POULANTZAS, Nicos (Org.). *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PRZEWORSKI, Adam; WALLERSTEIN, Michael. Capitalismo y democracia: Una reflexión desde la macroeconomía. *Crítica & Utopía*, Buenos Aires, 8, p. 77-100, 1982.

ROOBEECK, Annemieke. The crisis in fordism and the rise of a new technological paradigm. *Futures*, v. 19, nº 2, p. 129-154, abril 1987.

SANTAROSA, Beatriz. *Estado, Constituição Federal, planos plurianuais: a face invisível da C&T nos anos 90*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2001.

SOUSA SANTOS, Boaventura. *A reinvenção solidária e participativa do Estado*. Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado, 1998. Mimeo.

SOUSA SANTOS, Boaventura. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SMITH, Adam. *The wealth of nations*. New York: Modern Library, 1976.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Novas questões sociais mundiais, projetos sociais e culturais e planificação emancipatória. *Humanas*, Porto Alegre, IFCH, v. 24, nº 1, p. 163-185, 2001.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *Desajuste Global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *Desajuste Global*. (Orgs.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TEIXEIRA, Sonia Fleury. (Org.) *Reforma sanitária: em busca de uma teoria*. Rio de Janeiro: Cortez/ABRASCO, 1989.

VACCA, Giuseppe. Estado e mercado, público e privado. *Lua Nova*, São Paulo, Marco Zero, nº 24, p. 151-164, set. 1991.

ZAMORA, Francisco. *La sociedad económica moderna: capitalismo, planeación y desarrollo*. Cidade do México: FCE, 1966.

NOTAS

* Doutora em Sociologia, professora do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal de Rio Grande (FURG) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS. Coordenadora do Laboratório de Divulgação de Ciência, Tecnologia e Inovação Social (LaDCIS-UFRGS/FURG) e editora da Revista Sociologias. (www.ufrgs.br/ladcis).

¹ As políticas públicas, em estreita conexão com as formas históricas de produção e acumulação capitalista, exprimem as forças (classes e grupos) que constituem o Estado, e a partir das quais sua ação é orientada. Essa ação é sempre o resultado da correlação de forças em luta no interior da arena política (Poulantzas, 1977). Para o debate teórico sobre Estado ver Corrêa, M. B. Desenvolvimento capitalista, Estado e políticas públicas In: *Momento*, v. 8, Rio Grande: Editora da FURG, 1995.

² O Paradigma da Planificação Moderna, aqui apresentado, foi elaborado com base em leituras e debates realizados durante minha participação como professora convidada em um seminário sobre o tema organizado pelo Prof. José Vicente Tavares dos Santos no Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFRGS. Os conceitos de Paradigma da Planificação Moderna e Planificação Emancipatória encontram-se desenvolvidos no artigo “Novas questões sociais mundiais, projetos sociais e culturais e a planificação emancipatória” de autoria do Prof. José Vicente Tavares dos Santos (2001).

³ Hobsbawm (1995) denomina esse segundo período do “breve século XX” de “anos dourados”.

⁴ Para esse debate, ver Santos, 1998; Jerez, 1997; Madrid, 1997, entre outros.

⁵ Com o Plano Salte (1948) do Governo Eurico Gaspar Dutra.